

**Pauta:** Dragagem no Guaíba

**PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL):** (10h03min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação – CUTHAB.

**VEREADORA FERNANDA BARTH (PODE):** Bom dia! Vereadora Karen, eu estou vendo que os nossos principais convidados não compareceram na reunião até agora. A gente pode dar mais uns minutos, tem só o chefe de gabinete do pessoal dos portos e hidrovias, mas não tem ninguém que resolva e possa fazer um encaminhamento útil para a nossa reunião, e eu estou bastante chateada com isso, principalmente porque o tema é um tema bastante importante, a comissão é uma comissão de trabalho, é uma comissão importante. Eu quero deixar aqui registrado, inclusive nas notas taquigráficas, de que a gente precisa que as entidades compareçam, que os órgãos públicos compareçam quando a gente chama. Eu acho isso um desrespeito. Mesmo que não tenha condições de aparecer, então que sugira outra data ou diga que na data não pode comparecer, mas que não confirme a reunião para depois não comparecer. E essa reunião sem a Fepam, sem a Sema e sem alguém efetivo de dentro da Secretaria de Portos e Hidrovias, não leva a lugar nenhum, vai ser somente nós, vereadores, debatendo sobre um assunto do qual nós já temos um posicionamento.

**SR. FLÁVIO FERREIRA:** Bom dia, vereadora. Sou Flávio Ferreira, chefe de gabinete do presidente da Portos. Estou acompanhado do Eduardo, que é o gerente das hidrovias, é um técnico, engenheiro. O presidente não pode se fazer presente porque está numa assembleia geral nesse exato momento, mas a gente está aqui para ajudar nos devidos encaminhamentos que porventura possam surgir dos senhores vereadores. Estamos à disposição, em nome da Portos/RS.

**VEREADORA FERNANDA BARTH (PODE):** Obrigada. Essa pauta foi solicitada por mim e pelo Ver. Jessé Sangalli.

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (sem partido):** Bom dia, gente. Bom dia, Fernanda, Flávio, Lúcia, Leonardo e quem mais está presente.

**PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL):** Sejam bem-vindos, vereadores e colegas que foram convidados para essa reunião de comissão. Como a Ver.<sup>a</sup> Fernanda, vice-presidente da comissão, colocou, a pauta foi sugerida tanto por ela quanto pelo Ver. Jessé; desde já ela trouxe um encaminhamento em relação aos convidados. Hoje temos presente o pessoal dos portos, a Fepam ainda não está presente, nem a Sema, confirma?

**VEREADORA FERNANDA BARTH (PODE):** Confirmo que eles não vêm na reunião, esse é o problema. Então a gente pode conversar rapidamente com o pessoal dos portos, mas o encaminhamento, eu acho que não tem como sair algo concreto sem esses outros dois atores. Porque o que a gente vai propor aqui hoje é descobrir quais os caminhos legais, e se cabe ao Município fazer alguma coisa, para que a gente consiga fazer com que as areieiras sejam remuneradas com areia para poder dragar os canais. A gente sabe que os canais vão ser sempre canais, eles precisam ser sempre dragados. Hoje o custo é altíssimo para o governo do Estado, para fazer essa dragagem, foram, se eu não me engano, R\$ 150 milhões para isso. E, tanto eu já vinha tratando desse tema, desde o ano o início do ano passado, já estive na Secretaria de Portos e Hidrovias para falar sobre isso, já estive na Secretaria de Parcerias Estratégicas para tratar desse mesmo assunto. E na época o que foi me dito era que teria que ter um projeto de lei estadual, nesse sentido, um edital aberto para que as areieiras pudessem concorrer e separar trechos de quilômetros que cada uma ficaria responsável. Depois quando eu estive com a secretária Ana Pellini falando sobre o mesmo tema, ela me explicou que já tinha tido essa conversa com alguns empresários do ramo da areia e eles teriam dito que a draga que eles têm hoje, é uma draga que não draga de forma linear, ela vai aos pulos. Ou seja, é como se tu tivesse asfaltando e vai deixando buracos no caminho. Eles teriam que ter um equipamento mais moderno para fazer isso, com uma draga que fosse ao

lado, uma chata, já para ir despejando areia em cima. Porque, para mim parece um contrassenso, que tu simplesmente dragas um canal, tirando areia de um lugar e jogando de volta para o outro, enquanto nós temos aí as areieiras que buscam essa mesma matéria-prima e que poderiam estar fazendo esse trabalho sem custo para o Estado. Então eu gostaria de colocar essa questão aqui e ver se existe alguma solução que a gente possa sentar e conciliar, que seja bom para todo mundo, que seja bom para o meio ambiente e que não onere os cofres públicos num serviço que tem que ser constantemente realizado, não é vereadores?

**PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL):** Perfeito, Fernanda. O Sr. Guilherme Paradedá, assessor parlamentar da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth, está com a palavra.

**VEREADORA FERNANDA BARTH (PODE):** Ele é meu assessor para assuntos de água, de todos eles, turismo náutico, turismo esportivo, hidrovias. A família dele é famosa por conhecer este rio Guaíba, este lago Guaíba, seja o que for este rio/lago Guaíba.

**PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL):** Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth, estou te passando a presidência dos trabalhos para, juntas, pensarmos os caminhos para esta reunião.

(A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PODE):** Obrigada. Então vou passar a palavra para o Guilherme para explicar como poderia ser esta municipalização das hidrovias.

**SR. GUILHERME MATTOS:** Bom dia. Vamos seguir um paralelo das rodovias federais que, quando a federação cria as rodovias, elas são criadas no meio das cidades e aí se pode ter um desdobramento, tanto para a esfera estadual quanto

para a esfera municipal, uma vez que um trecho da rodovia passa dentro do município. Isso pode ser uma solução para que o município tenha mais liberdade para conduzir a gestão dessas áreas. Existe uma prerrogativa hoje, do governo do Estado, de fazer este serviço, uma vez que foi repassado a gestão para o governo do Estado e, assim, para a Fepam. Eu imagino que, de forma homóloga às rodovias, a gente possa municipalizar e fazer a gestão dentro do município de pedaços ou, pelo menos, de hidrovias, por exemplo, dos clubes até o canal principal ou de alguns pontos de interesse até o canal principal. Essa é a ideia.

**PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PODE):** Então você está dizendo que o canal principal jamais poderia ser municipalizado, não teria como o Estado passar isso para Porto Alegre, só os que derivam do canal principal em direção à margem, é isso?

**SR. GUILHERME MATTOS:** Poder, pode, aí é uma questão de interesse e entra numa questão um pouco mais complicada em que se discutiriam os limites dos municípios, e atualmente esse não é o problema; o problema são os canais que ligam para a hidrovia principal, que estão, de fato, dentro do perímetro urbano do Município de Porto Alegre. Aí eu não vejo grandes discussões quanto ao tema.

**VEREADORA FERNANDA BARTH (PODE):** Sim, mas a ideia era justamente a gente fazer algo para ajudar o governo do Estado, no sentido de ele não ter que fazer aportes como fizeram este ano de R\$ 150 milhões para poder dragar um canal que tem que estar sempre dragado. As outras questões são menores e a gente entende que são derivadas, mas se a gente conseguisse parceirizar com o Estado e ter uma solução para isso, a pergunta que eu faço é: tem como as areiras serem remuneradas com areia para dragar o canal? Tem como fazer isso hoje? Eu acho que tinha que ter um representante da SEMA aqui nesta reunião também. E, Paradedá, já fica registrado, tinha que ter alguém que representasse as empresas de extração de areia para gente entender melhor o

processo que eles utilizam e se realmente está correta a fala da secretária Ana Pellini de que eles teriam que modernizar tecnologicamente os seus equipamentos para poder fazer esse tipo de serviço.

**SR. GUILHERME PARADEDA:** Eu queria escutar o Flávio, acho que ele poderia passar algumas situações, acho que vocês estão bem por dentro de tudo isso, até o técnico está aí junto contigo e pode nos ajudar nessa situação. Pois o que o Guilherme falou é pertinente, por exemplo, se a gente quiser hoje botar um píer em alguma praça pública para que a gente possa ter um vínculo maior com o continente, com a água, a gente fica numa barreira muito grande que a gente não pode dragar, a gente não pode ter nenhum canal. Vamos dizer que a gente gostaria de ter um acesso para Ipanema, a gente não pode ter hoje porque o calado, que é a altura da água até o fundo do Rio Guaíba, não é acessível a barcos que têm um calado grande. Então teria que dragar e isso aí, para quem quer fazer, é muito complicado. Mas eu gostaria de ver o Flávio, escutar um pouquinho da Portos RS sobre esse tema, não sei.

**SR. FLÁVIO FERREIRA:** Perfeito. Eu vou deixar o Eduardo, que vai conseguir explicar de forma mais técnica para vocês sobre o assunto.

**PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PODE):** Beleza. A palavra é sua, Eduardo.

**SR. EDUARDO FERREIRA SCHULER:** Bom dia a todos. Complementando o que o Guilherme falou sobre a dragagem dos canais secundários, os canais de acesso ao principal, eu acho que, nesses pontos, já teríamos um volume de material bem grande. Quando a gente fala em dragagem dos canais principais, são grandes volumes que talvez as areiras não consigam ter o fluxo de uma draga que faz esse tipo de serviço. Esses canais, a entrada de clubes náuticos, a entrada de locais de interesse, são importantes também. Esses hoje, só para exemplificar, não estão com a Portos, são do Estado, a Portos só é responsável pelos canais de navegação para transporte de cargas. O Estado fica, de modo

geral, responsável pelos outros. Eu acho que é interessante esse projeto. Eu acho, de repente, que, como projeto-piloto, se começasse com esses canais secundários, até para ver como as areeiras vão se comportar, porque eu acho que é um trabalho um pouco diferente do que fazem hoje, e é um volume bem considerável que vão encontrar nesses trechos, tirando assim a responsabilidade de elas manterem uma profundidade para manter a segurança da navegação nos nossos canais.

**PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PODE):** Vocês têm hoje o mapa de todos os canais, que seriam os canais secundários, que caberiam, no caso, a Porto Alegre, se nós tivéssemos intenção de levar adiante esse projeto?

**SR. EDUARDO FERREIRA SCHULER:** Nós temos apenas os mapas de navegação e de carga. Mas a secretaria de Estado, provavelmente, tem esses trechos que seriam de interesse desse projeto. Como a gente não opera nessa área, a gente não tem.

**PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PODE):** Teria que fazer uma solicitação para qual secretaria?

**SR. FLÁVIO FERREIRA:** Secretaria de Logística e Transporte.

**PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PODE):** Secretaria de Logística e Transporte. Anota para nós, Paradedá, por favor. Vamos fazer uma solicitação, para que a gente tenha acesso ao que já está mapeado, sendo que, o que parece, para mim, nessa conversa, é que caso Porto Alegre, por exemplo, tenha interesse em colocar, vamos dizer, dois ou três píeres públicos, teria que ser feita toda uma conversa com a Fepam e com a Sema sobre o local onde seria feito e, posteriormente, esse trecho teria que ser agregado a essa rota secundária que o Município poderia ficar responsável, mas tudo isso teria que ter antes algum projeto de lei que transferisse do Estado para o Município a

responsabilidade sobre essas áreas para que depois se conseguisse fazer qualquer tipo de negociação com as areiras, estou certa? Seria essa a escala normal?

**SR. EDUARDO FERREIRA SCHULER:** Eu acho que sim, e teríamos também o acesso aos clubes náuticos, que também seria o interesse, talvez privado, dos clubes, não sei, mas que poderia...

**SR. GUILHERME PARADEDA:** Eduardo, com os clubes náuticos, a gente já fez uma reunião, junto com a Fepam, inclusive, essa reunião foi muito interessante – a Fernanda puxou –, porque foi a primeira vez na história dos clubes náuticos que todos sentaram juntos para resolver o mesmo problema. Foi um encontro, como eles disseram para nós, que nunca tinha acontecido, que a Fernanda fez história. Realmente, eles têm o mesmo problema, todo ano eles têm problema nos canais de acesso aos clubes, inclusive o Jangadeiros está com um baita de um problema, a SAVA também, o Iate Clube – legalmente, seria ilegal – tem um documento que ele pode dragar sempre que necessário, e o Veleiros do Sul já finalizou a sua licença de operação, o habite-se do clube, mas nessa reunião a gente viu que os clubes realmente não tinham ainda a licença de operação, não tinham habite-se e, conseqüentemente, eles não teriam como fazer a dragagem dos seus canais devido à necessidade de estarem legalizados. Essa foi a conclusão que nós chegamos e, junto com essa reunião com a Fepam, a gente deu os caminhos corretos para que eles seguissem, porque cada um estava indo para um lado e não estavam chegando em lugar nenhum.

**PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PODE):** A questão que é importante os colegas vereadores estarem a par, é que hoje a gente tem um problema de assoreamento tão grande no rio Guaíba, na época do verão, entre novembro e final de fevereiro, é tão grande que, por exemplo, se a gente quisesse fazer uma regata de barcos de calado grande, a gente não poderia, os barcos poderiam encalhar. A gente não pode fazer, por exemplo, uma corrida de lancha, nem com



raia determinada, porque pode acontecer de encalhar e ter um acidente gravíssimo. Vocês imaginem qualquer barco a motor que venha numa velocidade, de repente, trava numa lombada que tu não estás enxergando dentro da água, as pessoas seriam jogadas para fora em alta velocidade. Hoje, nós não temos como entrar num circuito mais profissional de esportes mundiais de velocidade, justamente, porque nós não temos condições por causa do assoreamento que a gente vem enfrentando. E isso tem crescido ano a ano. Estou certa, Paradedada?

**SR. GUILHERME PARADEDA:** Certíssima. E a tendência é só aumentar.

**PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PSC):** Temos uma visão de cidade que queremos que Porto Alegre traga, cada vez mais, campeonatos internacionais de esportes, sabemos que isso gera emprego e renda, movimenta a rede hoteleira, a rede gastronômica, vai fazer com que a orla tenha cada vez mais protagonismo. E a gente não está falando só da orla, da parte revitalizada, a gente está falando da orla geral do rio. Nós vemos que estamos perdendo uma chance de ouro de desenvolver a cidade mais nesse sentido, em algo que, em qualquer outro lugar do mundo que tem uma orla como a nossa, já existe, já está consolidada há muito tempo. Se a gente quiser ter uma política municipal de vela, de incentivo ao esporte náutico, com escola pública de vela, com marina pública para todo mundo poder colocar o seu barco, nós precisamos tratar dessa questão. Não pode mais ficar isso tudo na mão do governo Estado. Então a gente está tentando achar um caminho para isso, não só da responsabilidade para que isso não recaia sempre na Fepam, que a gente sabe que aí vira um funil e é muito mais demorado, difícil, como na questão do custo na manutenção disso. Se a gente puder fazer uma parceria público-privada, daqui a pouco, com as empresas interessadas e que isso não tenha custo para o Município e nem para o Estado, eu entendo que nós vamos estar fazendo um golaço aqui para todo mundo.



**SR. FLÁVIO FERREIRA:** Vereadora, é importante ressaltar que a Portos, enquanto autoridade portuária, justamente, virou uma empresa pública no intuito de modernizar, de conversar e dialogar mais com entidades privadas, mantendo, é claro, resguardando o interesse do Estado, a segurança da navegação, enfim. Mas nós estamos totalmente abertos e seremos parceiros aí para dialogar com relação a um projeto que acabe tornando mais acessível essa navegação de lazer e que acabe atraindo emprego e renda para Porto Alegre e por ventura também que isso possa se estender para Rio Grande, para Pelotas, para outras cidades que também fazem parte do nosso canal. Então ressalto: a Portos/RS está aberta e a gente costuma fomentar e gosta muito desse tipo de iniciativa. Então, contem conosco aí para o diálogo, a autoridade portuária estará de portas abertas.

**PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PODE):** Deixem-me fazer uma pergunta. A primeira vez que eu tive reunião lá na Portos, na secretaria de vocês, eu fui realmente lá para falar sobre um plano estadual, sobre a possibilidade de haver um plano estadual de navegação e hidrovias. Disseram que estava sendo formulado, que haveria um encaminhamento para a Assembleia Legislativa. Como é que está o andamento dessa questão?

**SR. EDUARDO FERREIRA SCHULER:** A gente não participou disso junto com a Selt. Então, esse plano geral fica a cargo da Selt. Hoje, eu, o Flávio acho que também não, nós não temos conhecimento.

**SR. FLÁVIO FERREIRA:** Eu desconheço, mas a gente pode ir atrás da informação. Parece-me que a senhora foi recebida... O Presidente, não me lembro se ele estava... Ele me comentou que havia recebido uma visita sua...

**PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PODE):** Foi o Presidente.

**SR. FLÁVIO FERREIRA:** Isso. A gente não chegou a evoluir no assunto, mas a gente pode ir atrás, se a senhora puder nos mandar um contato, a gente...

**VEREADOR PABLO MELO (MDB):** Vereadora, um aparte.

**PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PODE):** Pode falar, Ver. Pablo.

**VEREADOR PABLO MELO (MDB):** No governo Sartori eu trabalhei na governança da Metroplan, e o plano hidroviário, no governo do Estado, ao menos no governo Sartori, estava na Metroplan. Só quero registrar aí, porque eu vi que teve um desacerto do ponto de vista de não saber onde está o plano hidroviário no governo do Estado. No governo Sartori estava na Metroplan. Um abraço.

**PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PODE):** Um abraço. Obrigada. A questão que envolve o plano e que diz respeito à nossa reunião aqui hoje é que, havendo um plano, nós poderíamos ter uma questão que envolve todos os municípios da bacia do Guaíba. A gente esteve conversando, eu falei muito com o meu assessor, com o Paradedá, sobre isso, como seria interessante se a gente tivesse um plano que integrasse Porto Alegre, Guaíba, Barra do Ribeiro, Eldorado do Sul e tantos outros municípios que fazem aí margem ao Guaíba. Se a gente tivesse esse plano, todos esses municípios poderiam ter uma política próxima, uma política paralela na questão da navegação. E a gente poderia desenvolver em conjunto um potencial tremendo. Por isso que eu faço essa provocação para os presentes. É uma pena realmente a Sema e a Fepam não estarem presentes aqui na reunião, porque esse tema precisa ter mais pessoas envolvidas no debate.

Eu vou passar a palavra para o Ver. Jessé Sangalli, que tinha pedido para falar aqui.

**VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania):** Desculpem-me, eu estou sem imagem porque eu não consegui configurar. Eu gosto deste tema, na verdade,

vocês devem ter visto que eu coloquei, duas vezes, no Facebook e Instagram uma provocação sobre o porquê de as areieiras não poderem fazer a coleta da areia no leito onde é o caminho dos navios que acessam o nosso porto. E poucas pessoas tentaram refutar; muitas pessoas concordaram, poucas pessoas tentaram refutar, e as que refutaram disseram que era um problema do ponto de vista ambiental por causa da questão de metais pesados que poderiam ter no leito do rio e que isso poderia impactar negativamente a natureza. Esse argumento me parece fraco, porque, primeiro, ninguém vai comer areia, a areia não é feita para isso. E o próprio fato de revirar o fundo para fazer a dragagem para permitir o trânsito melhor dos navios já vai gerar um problema ambiental, supostamente ambiental, porque já faria com que esse metal que estaria depositado no fundo fosse removido, mexido, e causasse esse problema de contaminação da água por exemplo. E, posteriormente, por essas pessoas que comentam ali, algumas se declaram ambientalistas, outras, especialistas no tema. O que se fala que se faz, eu não sei se isso procede, com relação à dragagem, quando se faz a dragagem para o melhoramento da via, é que se tira a areia do leito e se coloca para o lado. Ou seja, quando se mexe no fundo, gera problema de remoer o fundo e tal, mas não se retira a areia do local; se mantém onde ela está. Como a água do Guaíba é utilizada para fazer o abastecimento da cidade de Porto Alegre, parece que não faz sentido ser contra remover para dar para as areieiras fazerem a coleta da areia para a construção civil, mas não é um problema, do ponto de vista ambiental, tirar, colocar para o lado e manter onde está, mantendo dentro da água, o que me parece não ter sentido.

Por outro lado, lá no Jacuí, na parte mais ao norte, sei porque a minha família é de Encantado e eu vejo que tem um problema ambiental, porque as margens do rio, naquela região que está sendo impactada pelo fato de estar, digamos assim, depredando, degradado a região, gerando problema de margens que acabam se perdendo, não sei o quê, me parecia fazer sentido. Ah, mas as máquinas que as areieiras têm hoje não servem para isso. Não, tudo bem, mas isso é uma política de Estado. Se, no longo prazo, o Estado falar, “beleza, a partir de agora, as areieiras podem coletar aqui de acordo com o nosso GPS que estamos lhes

autorizando”. As areeiras vão ter interesse em comprar máquinas adequadas, é óbvio, até porque imagino que hoje elas pagam uma outorga para poder fazer a coleta. Se elas puderem fazer essa coleta de acordo com determinados critérios técnicos, descontando o preço da outorga ou algo nesse sentido, obviamente, imagino, que vá ter esse interesse. Então, pena que a gente não tenha a Sema, Fepam, etc., mas fica aí essa provocação, a gente precisa fazer algum tipo de estudo, de embasamento, de direcionamento para que, no futuro, essas areeiras possam colocar onde for do interesse do Estado.

Recentemente li em uma notícia que o Estado vai disponibilizar R\$ 90 milhões para fazer essa dragagem. É muito dinheiro, mas, para coletar areia em toda a Lagoa dos Patos, onde interessa, R\$ 90 milhões não são nada, é uma fração do que provavelmente seria necessário. Portanto, parece fazer muito sentido a autorização de coleta de areia onde, ao mesmo tempo, é importante para a dragagem, e eu acho que isso poderia ser, tanto do ponto de vista ambiental, racional, quanto do ponto de vista econômico, que daí tu transforma um problema em duas soluções; o problema da areia acumulada no trecho pode ter duas soluções, pode ser a solução da via que vai ser dragada e ao mesmo tempo a solução para a extração de areia, que é importante para a construção civil. Enfim, fica aí a minha ponderação.

**PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PODE):** Perfeito, vereador, foi exatamente nesse sentido que a gente fez os encaminhamentos iniciais. Eu só vou repassar aqui o passo a passo que seria, que foi mais ou menos o que eu anotei aqui da conversa; em primeiro lugar, localizar esse mapa dentro do governo do Estado, de onde está, o que é exclusivo do Estado, e onde poderia ser exclusivo do Município, solicitar a transferência do Estado para o Município, em relação à responsabilidade sobre esses trechos; fazer um projeto de lei que regulamente isso, e em último lugar parcerizar com as empresas, porque é muito importante que essa questão das empresas seja completamente legalizada e colocada nos termos da lei, até por que muito provavelmente, como são várias empresas e a concorrência entre elas é muito forte, vai haver aí o interesse de concorrerem

em edital por trechos. Então isso aí vai ter que passar por algum tipo de edital, por algum tipo de projeto, para parcerização. Como são muitos trechos, e a gente sabe que são, e é uma extensão muito grande, daqui a pouco se tem duas, três, quatro, cinco empresas fazendo o serviço e deixando de tirar, pelo contrário, deixando de tirar areia de lugares que já estão esgotados, nesse sentido que a gente tem visto aí todos os anos reportagens e matérias mostrando que o leito, a orla, como ela fica castigada pela constante retirada de areia de determinados lugares, e areia é o que não falta em lugares onde a gente precisa que ela seja retirada. Então eu pergunto se tem mais algum vereador...

**VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania):** Tenho mais uma questão interessante; vamos fingir, vamos supor que de fato essa areia, no leito do Guaíba, esteja contaminada, por algum metal pesado, alguma coisa que seja necessário fazer qualquer tipo de tratamento ou algo nesse sentido. Essa areia que hoje está no fundo do rio e que vai ser removida para a dragagem está contaminada para toda atividade humana, todas as atividades humanas são proibidas; se encostar, a pessoa morre? É óbvio que não, é óbvio que um estudo sério de análise química e de contaminação pode classificar essa areia para algum tipo de uso. Pode ser utilizada, por exemplo, para a construção de estrada. Ninguém fica lambendo a estrada, não consigo imaginar alguém que fique lambendo o leito de uma estrada federal, por exemplo. Então poderia ter classificação; mesmo que esse argumento de que ela é contaminada seja verdade, vai ter uso para que ela pode ser adequada e vai ter uso para que ela pode não ser adequada. Então é óbvio que vai ser necessário fazer algum tipo de análise de contaminação, e, dentro dessa análise de contaminação, vai ter a engenharia que vai poder dizer “essa areia daqui é adequada para ser utilizada, por exemplo, para a construção civil”, ou “não, para a construção civil não pode, mas para a construção de estradas pode”, ou “para a construção de estádios pode”. E é óbvio que, dentro dessa análise, no sistema de preços, vai ter, dentro do mercado, uma valoração. “Para cá, não pode, porque é ruim por causa da contaminação, mas para outra atividade pode ser que seja útil”. Então acredito

que, dentro dessa análise de risco de contaminação, vai poder também ser analisado para qual atividade-fim pode ser utilizada essa areia. O que não pode é tu simplesmente impedires uma atividade econômica em função disso, proibindo de retirar, mas mantendo o leito, o que me parece um contrassenso. Tu podes retirar a areia de dentro do leito, jogar para o lado, dentro da mesma água, e isso está tudo bem? Não existe contaminação; mas, utilizar para fazer construção civil de algumas espécies – lembrando que a gente está fazendo, por exemplo, agora, a duplicação da BR-116 até a zona sul do Estado –, me parece que poderia ser adequado, por exemplo, para a construção de estradas, mesmo que tenha contaminação, porque imagino que a contaminação dentro do rio vai ser muito mais grave do que a contaminação que isso poderia causar na construção, por exemplo, da BR-116, em direção a Pelotas.

**PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PODE):** Ver. Jessé, eu não ousa opinar sobre esse assunto sem falar com alguém da Sema ou do Meio Ambiente em geral, porque eu também já ouvi falar sobre isso, mas eu não sei exatamente que tipo de contaminação e que nível de contaminação seria e em que locais ela está...

**VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania):** E, além disso, então a gente vai ter de parar de coletar a água do Guaíba; nós teríamos que parar de coletar essa água.

**PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PODE):** Daqui a pouco existe algum tipo de processo, de limpeza dessa areia também. Então a gente não sabe, por isso que é tão importante que a gente faça uma reunião com a Sema e a Fepam presentes da próxima vez, e, nessa próxima reunião, eu já vou estar, com certeza, com o mapa dos acessos hidroviários na mão, que nós vamos atrás disso aí. Ver.<sup>a</sup> Karen, a senhora quer falar?

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Nesse sentido, Fernanda, fazer os pedidos de informações, desde já, para a Sema e para a Fepam, e aí a convocação, na CUTHAB, a gente primeiro faz um convite, e depois a gente já tem poder de convocação, e acho que já atualiza eles das discussões que foram feitas aqui, das questões que foram levantadas, e aí na próxima reunião vai ser produtiva nesse sentido, a gente utilizou hoje esse espaço para minimamente levantar essas questões. Então, sugiro fazer um pedido de informações enquanto comissão, e a convocação para daqui a 45 dias, depois do prazo da LAI, a gente conseguir ter os companheiros da Fepam e da Sema juntos.

**PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PODE):** Perfeito. Os encaminhamentos finais são esses; mais ou menos aquilo que eu já tinha lido, que eu já tinha citado para o Ver. Jessé, que fica anotado nas nossas notas taquigráficas, nós vamos buscar na Metroplan se existe esse mapa, esse plano estadual de navegabilidade de hidrovias, determinar quais são os pontos de interesse do município de Porto Alegre, e verificar a seguir, numa reunião conjunta com outros parceiros do meio ambiente do Estado e do Município, como seria a forma correta de a gente proceder nesse sentido. Eu me dou por satisfeita com o debate que foi feito aqui hoje com esses parceiros que estavam presentes. Pergunto se alguém tem mais alguma observação a fazer, até o final da reunião?

**SR. GUILHERME PARADEDA:** Acho que é importante a gente também chamar a secretaria de logística e transporte, que foi o Flávio e o Eduardo que falaram, e também informar que, eu não sei se a maioria conhece ou sabe, mas devido a essa questão do assoreamento do rio Guaíba, nós temos, devido aos ventos do Sul, que são predominantes aqui em Porto Alegre e na Região Metropolitana, que vem pela Lagoa dos Patos, esse assoreamento faz com que a saída do rio, em direção à Lagoa dos Patos, seja prejudicada. Por que vai assoreando lá por Itapuã; do farol de Itapuã, tem a saída do rio Guaíba, que vai em direção à Lagoa dos Patos, faz com que a maioria da água saia só pelo canal. Conseqüentemente, batendo o vento sul, faz com que se impeça que a água



saia do rio Guaíba, fazendo com que Porto Alegre seja inundada. Assim, a gente tem que ter muita cautela e a gente tem que saber que a natureza emana, então, a gente tem que lidar com ela para que a gente não sofra, depois, as consequências. E o assoreamento faz com que a saída do rio seja totalmente pelo canal, fazendo com que dificulte a saída da água do rio Guaíba em direção à Lagoa dos Patos. E isso é um perigo que pode acontecer aqui em Porto Alegre.

**VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania):** Podemos ir visitar também, vereadora. Podemos visitar, de repente, pegar um dia de CUTHAB e, em vez de fazer a reunião aqui, vamos visitar. Igual ao que fizemos ano passado. Eu e a Ver.<sup>a</sup> Karen fomos na CEEE. Vamos lá na Secretaria de Portos, vamos na Metroplan, vamos falar sobre isso pessoalmente lá, olhar no olho deles. Porque, às vezes, o pedido de informações acaba sendo meio impessoal e tal. Se eles nos receberem lá num dia em que a gente possa, que eles possam. Também, daqui a pouco, pode acelerar o processo; menos burocrático e mais olho no olho, de repente. Não deixando de fazer o papel, por que eu acho que tem que ter papel, porque senão, sem o papel, fica só... (Ininteligível.). Fazemos o papel e marcamos uma reunião, fazemos isso pessoalmente lá, visitando, de repente, no próprio dia de reunião de CUTHAB. Conversar com as pessoas, eu acho que fica mais pessoalizada essa questão também.

**PRESIDENTE FERNANA BARTH (PODE):** Nós já estamos solicitando agenda com a Metroplan. Está bom, colegas? Muito obrigada a todos que puderam participar. Obrigada pela consideração de terem comparecido à reunião, e vamos tocar essa pauta, porque é uma pauta que vai trazer muitos benefícios para Porto Alegre. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 10h45min.)